

INCLUSÃO EDUCACIONAL: “SER DIFERENTE É SER GENTE”

SANTOS, Silvana Carnaúba dos.¹

DORNELES, Claunice Maria – Orientadora.²

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa realizada com alunos, professora, diretora e pais de uma escola pública no município de Campos de Júlio – MT. Os alunos investigados foram do ensino fundamental (1º Ano). A pesquisa teve como objetivo geral, investigar as condições de acesso a educação fundamental nas séries iniciais, de alunos com necessidades educacionais especiais. Objetivos específicos, averiguar a acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais, o processo de desenvolvimento das crianças, bem como alternativas que os profissionais da educação estão buscando para oferecer maior autonomia a elas, averiguar o acompanhamento dos pais, da direção e coordenação. Para o embasamento científico baseei-me em alguns teóricos, pensamentos sobre a inclusão, específico a educação especial, como FREIRE (2003) MANTOAN (2009) GOFFREDO (1998) Decreto nº 6.571/08, (LDB nº 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA (2005), Constituição Federal (1988). Como metodologia foi utilizado a técnica da observação, questionários destinado à direção, professora, alunos e pais, o qual foi respondido de forma oral. Durante o período da coleta de dados, pude concluir e mesmo através de relatos do publico alvo, que existe vontade sim de acabar com o preconceito existente no âmbito escolar, pois este é um ambiente de formação e conscientização de pessoas, as dificuldades encontradas são imensas, faltam recursos, materiais pedagógicos, a cidade é um pouco distante dos grandes centros, falta formação de pessoal, a família, aparece como um dos obstáculos já que não aceitam as diferenças e/ou colaboram no que concerne o direito de ir e vir de seus filhos, no serviço de apoio especializado, prejudicando assim o trabalho da escola e o bom desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

Palavras - chaves: Inclusão escolar; crianças com necessidades educacionais especiais; família.

ABSTRACT

The present article is resulted of a carried through qualitative research with pupils, teacher and director of a public school in the city De Campos of Júlio - MT. The investigated pupils had been of basic education (1º Year). The research had as objective generality, to investigate the access conditions the basic education in the initial series, to the pupils with educational necessities special specific objectives, to inquire the accessibility of pupil with of educational necessities special, the process of

¹ **Silvana Carnaúba dos Santos.** Professora do Município de Campos de Júlio - MT. Leciona na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Germano Lazaretti II”. É Licenciada em Letras pela UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

Licenciada em Pedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande dourados – MS.

Especialista em Psicopedagogia pela Instituição Tangaraense de Ensino & Cultura S/C LTDA Faculdade de Ensino de Tangará da Serra – MT.

Email: silvanacarnaubatga@hotmail.com

² Professora Mestre do Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN

development of the children, as well as alternatives that the professionals of the education are searching to offer to bigger autonomy they, to inquire the accompaniment of the parents For the scientific basement was based on some theoreticians, thoughts on the inclusion, specific the special education, as FREIRE (2003) MANTOAN (2009) GOFFREDO (1998) Lines of direction, (LDB nº 9394/96, Statute of the Child and the Adolescent - ECA (2005), Federal Constitution (1988). As methodology the technique of the comment was used, questionnaires destined to the direction, teacher, pupils and parents, which were answered of verbal form. During the period of the collection of data, I could conclude and same through stories of I publish target to it, that exists will yes to finish with the existing preconception in the pertaining to school scope, therefore this is a formation environment and awareness of people, the joined difficulties are immense, lack to resources, pedagogical materials, the city are a little distant of the great centers, lack to staff formation, the family, appear as one of the obstacles since they do not accept the differences and/or they collaborate in what it concerns the right to go and to come of its children, in the service of specialized support, thus harming the work of the school and the good one development of the education process/learning.

Words keys: School inclusion; children with special educational needs; family.

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo cujo tema, Inclusão Educacional: “Ser diferente é se gente”, se desenvolveu através de teóricos, os quais abordam sobre o tema acima citado, e através de entrevista com: crianças, professora, diretora e pais, a questão pertinente é como está se dando o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Acompanhei a turma durante alguns dias e o objetivo era observar o processo de inclusão na escola, dialoguei com o professor, com a diretora, com as crianças e alguns pais que é a parte mais interessada.

Os objetivos específicos em questão eram: averiguar a acessibilidade de crianças com necessidades educacionais especiais, acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças, bem como alternativas que os profissionais da educação estão buscando para oferecer maior autonomia a elas, averiguar o acompanhamento dos pais, na unidade escolar, observar a proposta curricular da escola para com as crianças com necessidades especiais, assim como a averiguação do processo educacional, para crianças que possui necessidades educacionais especiais, de como elas estão sendo recebidas. A questão que norteou esta pesquisa foi: A escola está oferecendo oportunidade de desenvolvimento? O professor pais

tem assumido o compromisso de educador? Como é a participação dos pais quanto ao envolvimento educacional do filho com necessidades educacionais especiais?.

Partindo do pressuposto de que a escola infelizmente muitas vezes mantém uma postura autoritária, é fácil falar em inclusão, o difícil é praticar, fazer algo pelos excluídos, deparamo-nos diariamente com situações que não sabemos como agir, pelo que pude perceber a escola e os professores não estão preparados para receber os excluídos, fazer a matrícula é fácil, difícil é mantê-los na escola, por condições físicas e política.

A situação presente na escola despertou o meu interesse em aprofundar sobre o tema, pude contar com a colaboração da diretora, da professora, dos pais e das crianças, apliquei um questionário as pessoas referidas, conversei e observei a ação de cada um durante alguns dias, para isso busquei conhecimentos teóricos, os quais foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa como: Goffredo, Freire, Mantoan. Também lancei mãos de leituras em referências especializadas como: Revista Inclusão v 04, 2008, as Leis LDB 9394/96, ECA 2005, o Decreto nº 6.571 de 2008, Resolução nº 04 de 2009 a Constituição Federal 1988 entre outros. Neste artigo é apresentado a pesquisa de fundamentação teórica, os pressupostos metodológicos com ênfase na pesquisa qualitativa, pois visava à aplicação de questionário e a coleta de dados.

O questionário foi realizado com a diretora do estabelecimento escolar, com a professora da sala, dois pais e 10 alunos do 1º ano, sendo cinco meninos e cinco meninas. No intuito de apresentar os resultados obtidos, busquei embasamento em documentos que asseguram a todos uma educação inclusiva, a qual visa à igualdade dentro e fora da escola, à luta por uma sociedade mais justa em que todos possam ter o direito de ir e vir, antes da Constituição Federal as crianças ditas “deficientes” tinham que ser alfabetizadas isoladas, ou seja, fora do ambiente escolar, a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, toda a criança tem o direito à educação.

O teórico a seguir sempre esteve ao lado dos oprimidos, dos fracos e humilhados, sempre defendeu a educação, principalmente uma educação de qualidade, onde todos possam sobreviver em um mundo globalizado, sem distinção de classe social, raça, cor ou deficiência.

Nos dizeres de Freire (2003) “cada indivíduo é um agente da história”. Por isso todo ser humano possui sim capacidade de desenvolver as suas habilidades seja ela qual for. Com base neste pensamento a Declaração Universal dos direitos Humanos (1948) assegura às pessoas com deficiência o direito à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao

desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade, pois essas pessoas não podem ficar escondidas como um ser que fere a sociedade, longe do progresso e do lazer.

Nesse sentido, podemos observar que a busca legal pela inclusão, não é um tema de discussões tão recente. Sendo assim, a Convenção da Guatemala (1999), no seu artigo I, a Convenção define que o termo deficiência

[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Para esta Convenção o termo discriminação conta com as pessoas com deficiência “significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficientes, os quais tenham efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (BRASIL, 1999, p. 01, Lafer)

Dessa forma para que a criança possua um desenvolvimento estável depende da aceitação do diferente, em especial a aceitação da própria família, já que, esta deveria ter um papel muito importante o de acompanhar a criança na escola, participar da vida escolar dela e aceitar todos os recursos possíveis que a escola possa oferecer, visando qualidade no ensino/aprendizagem.

O estatuto da criança e do Adolescente visa à defesa do menor de idade, uma vez que, nos dias atuais nos deparamos com diversos problemas, inclusive a violência sexual familiar, ou seja, a família aquela que deveria proteger orientar, hoje tem tido dificuldades em cumprir o seu papel. O Estatuto da Criança e do adolescente (1990) no seu artigo 4º, afirma que,

É dever da família, da comunidade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL,1990, p.10)

Como é assegurado no ECA, o cuidar, o amparar, o proteger e dar condições de desenvolvimento não é só da família, mas também, “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”, artigo 54, II atendimento educacional especializado as crianças com necessidades educacionais especiais , preferencialmente na rede regular de ensino”. O aluno com necessidades especiais necessita de acompanhamento de todos os que estão a sua volta, é

importante para ela sentir-se amada, protegida, o espaço físico deve ser apropriado, os profissionais da educação capacitados, a família ter acompanhamento de um especialista, a escola precisa trabalhar com temas, os quais, possam orientar quanto o ser diferente, dessa forma fica mais fácil vencer os obstáculos do dia-a-dia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996), (pág. 04) diz que é de responsabilidade do município fornecer a comunidade local a educação infantil e o ensino fundamental de forma inclusiva. Dessa forma a instituição escolar deve ter em seu quadro de profissionais pessoas capacitadas para compreender e possibilitar o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais.

Buscam-se orientações, as quais possam orientar os profissionais da educação para fazer valer o processo de inclusão, diante disto a política nacional para a integração da pessoa com deficiência prevista no Decreto 3298/99 estabelece os princípios: I. Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural; II. Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; III. Respeito às pessoas com deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos. Por isso é que pensamos em um mundo inclusivo, o qual as pessoas consigam ser reconhecidas pelas habilidades desenvolvidas.

Nas considerações finais desta pesquisa são apresentadas, os achados no decorrer da pesquisa, tanto na teoria quanto na pesquisa de campo, na qual fica evidente a luta para diminuir o distanciamento entre as crianças ditas normais e crianças com necessidades educacionais especiais, através do acesso e permanência na escola. Apresentaremos a seguir, um breve histórico sobre a luta em busca de mudanças, no processo de inclusão social do país.

2. O PROCESSO DA LUTA EM BUSCA DE MUDANÇAS

Desde a década de 80 iniciou-se a luta pela redemocratização do país, e a partir daí vários grupos foram à luta por reivindicações por direitos, entre elas o movimento negro, os índios e as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Diante dos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observamos que o país precisa adotar meios com intuito de diminuir as desigualdades existentes entre os cidadãos, especialmente no quesito educação. Conforme (GOFFREDO, 1998):

Há que buscar soluções para a convivência na diversidade que caracterize e enriqueça, de sentido e significado. Há que, efetivamente, favorecer a convivência e a familiaridade com as pessoas com deficiência, derrubando as barreiras físicas, sociais, psicológicas e instrumentais que as impede de circular no espaço comum. (GOFFREDO, 1998. P. 29).

Partindo desse pressuposto, ressaltamos a importância de se instituir uma política que tenha como eixo condutor, ações que assegurem a participação de todos os alunos inclusive os especiais no cotidiano escolar do ensino regular, a apropriação do conhecimento e a orientação pedagógica especializada para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, objetivando o respeito à cidadania e a melhor qualidade dos atendimentos prestados.

Segundo Dutra, (2009):

O acesso de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação já é uma realidade em nosso país e a sua participação e aprendizagem, confronta com as formas tradicionais de organização dos sistemas de ensino, deslocando o foco da “deficiência” para a eliminação das barreiras que se interpõe nos processos educacionais (DUTRA, 2009, p.30).

Dessa forma as barreiras poderão ser vencidas através da adaptação do currículo, elaborando uma boa proposta de ensino para alunos especiais, baseada na sua realidade, cobrando o acompanhamento dos pais, em conjunto com a professora para que, essas crianças possam se sentir seguras e dessa forma melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

A partir da aprovação da Constituição Federal, o ensino passou a ser regulamentado e desde então se preocupou com a formação do cidadão, ter direito a educação não é simplesmente garanti-la, a luta por educação tem sido grande, conquistou-se o direito de ter escolas públicas, mas muito delas deixam a desejar, em pleno século XXI muitas crianças estão fora da escola por não ter apoio do estado e nem condições de se manter nela.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 3º prevê a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, onde as desigualdades sociais devem ser reduzidas promovendo o bem a todos sem qualquer tipo de preconceito, antes da constituição ser aprovada os alunos deficientes tinham que ser alfabetizados longe da sala de aula, hoje estes

possuem o direito de igualdade, mas enfrentam o preconceito e a falta de preparo dos profissionais da educação, bem como escolas sem estrutura física, sem adaptação do currículo, sem o acompanhamento dos familiares. A escola tem um papel muito importante na vida da criança e do jovem, ao entrar na escola, elas têm a oportunidade de conviver e de se relacionar com diferentes pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual à outra.

Preocupados com o nível de desenvolvimento da educação especial, bem como o acesso de crianças com necessidades especiais as Organizações Unidas, proferiram a Declaração de Salamanca, na Espanha, no intuito de fazer o estado cumprir com princípios norteadores referente à educação especial.

Declaração de Salamanca (1994) declara que:

todas as crianças, de todos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integrada e dar educação para todos. (ESPANHA, 1994, p11)

O aluno com necessidades educacionais especiais devem ser matriculadas preferencialmente em escolas regulares, mas estas devem ter condições de oferecer aos educandos oportunidade de se destacar, dentro do seu ritmo, pois cada criança possui características diferentes e possui um ritmo para desenvolver qualquer atividade.

Esta mesma Declaração diz que:

é preciso promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais e que os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas integradoras (ESPANHA, 1994, p12)

O papel da escola é oferecer ao educando o seu desenvolvimento integral, o que não está acontecendo, pois falta apoio dos governantes para oferecer a escola uma estrutura adequada, bem como recursos para a capacitação de profissionais da educação, professor interprete, materiais didáticos em libras, braile, sorabã entre outros. A escola precisa estar

aberta a participação dos pais, pois estes desempenham um papel muito importante no desenvolvimento da criança, e a secretaria de educação necessita de maior empenho para oferecer aos profissionais oportunidades de qualificação.

Os países das Américas preocupados com a discriminação existente entre as pessoas, em especial as pessoas com necessidades especiais, através do Decreto n ° 3. 956/2001 visa diminuir o preconceito existente entre os povos e permitir aos alunos com necessidades especiais acesso e permanência à escola e uma vida mais digna, como veremos a seguir: Convenção da Guatemala (1999), no seu artigo I, a Convenção define que o termo deficiência “significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Para esta Convenção o termo discriminação conta com as pessoas com deficiência “significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficientes, os quais tenham efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas com deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais”. Nos dias atuais é desumano manter uma criança presa, longe da civilização ou privar de seus direitos, afinal todos devem adquirir o conhecimento formal e receber instruções úteis para a vida, pois todas as pessoas possuem algum tipo de habilidade, simplesmente precisa de ajuda para descobri-las.

Conforme o Estatuto da criança e do Adolescente todos tem direito a vida, mas a vida em plenitude, onde as crianças possam ser orientadas, acompanhadas e incentivadas a lutar por uma vida mais justa e humana.

Estatuto da Criança e do adolescente – ECA (2005) no seu artigo 4, afirma que:

É dever da família, da comunidade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”, artigo 54, II atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2005, p. 13).

Pois se buscamos assegurar que todos possam caminhar livres, possuir autonomia então temos que começar pelo ambiente escolar, de que adianta falarmos em preconceito se não possuirmos métodos, os quais possam ajudar a diminuir o preconceito junto a comunidade escolar.

Conforme descreve a LDB, nº 9394/96 o município deve oferecer a todos a educação de qualidade, mas o que presenciamos diariamente são escolas mal estruturadas, profissionais mal preparados, pais tentando fugir de seus compromissos, e quem sofre com tudo isso são as crianças, em especial aquelas que possuem necessidades especiais.

A lei citada, infere que é de responsabilidade do município fornecer a comunidade local a educação infantil e o ensino fundamental de forma inclusiva. E a melhor forma de fazer valer o que diz a lei é trabalhar com projetos, os quais possam inserir não só alunos e professores, mas também os pais ou responsáveis, no intuito de melhorar o ensino escolar.

Devido à necessidade de normatizar o processo de inclusão social no país, foram sancionadas as normas para a política nacional para a integração da pessoa com deficiência prevista no Decreto 3298/99 estabelece os princípios:

I. Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural; II. Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; III. Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos. (BRASIL, 1999, p.01)

Sendo assim, as crianças devem ser reconhecidas ou avaliadas na sua individualidade, através do seu desenvolvimento, pois cada ser possui um ritmo e este deve ser respeitado, se a escola prega que todos devem ser iguais então não pode ter diferença entre classes sociais. A seguir abordaremos sobre o direito a educação no mundo atual, pois nos deparamos diariamente com todos os tipos de situações, e as escolas e os profissionais da educação precisam estar preparados para conseguir amenizá-las.

2.1. O Direito à Educação no Mundo Atual

A cerca do tema supracitado a declaração Universal dos direitos humanos (1948), votada pelas Nações Unidas, diz no artigo 26: I – Toda pessoa tem direito à Educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que diz respeito ao ensino elementar e fundamental, ou seja, todos têm direito ao estudo gratuito de qualidade, a escola deve garantir a permanência do aluno na escola e o ensino formal deve ser de qualidade, de forma que possa oferecer ao educando possibilidade de sobressair no mundo globalizado. (Piaget, p.27). II – A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao

fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. Ela deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, assim como o desenvolvimento da paz. A educação e dever do estado e direito do cidadão, deve ser ofertado a todos os níveis do ensino sem distinção, de raça, cor, etnia, etc. (Piaget, p.27). Toda pessoa tem direito a educação.

O Desenvolvimento do ser humano está subordinado a dois grupos de fatores: os fatores da hereditariedade e a adaptação biológica, dos quais depende a evolução do sistema nervoso e dos mecanismos psíquicos elementares, e os fatores de transmissão ou de interação social, que intervêm desde o berço e desempenham um papel de progressiva importância, durante todo o crescimento, na constituição dos comportamentos e da vida mental. O ser humano desde que nasce adquire um conhecimento informal, os ensinamentos são repassados por pessoas mais velhas seja da família ou da comunidade, em seguida a criança vai para a escola com intuito de adquirir o conhecimento formal e se tornar um ser crítico, capaz de almejar um mundo melhor. (Piaget, p. 29) Segundo Piaget, todo e qualquer desenvolvimento passa por um processo de equilibrações sucessivas, ele preocupou-se em pesquisar, sobretudo a gênese do conhecimento. Neste seu estudo utilizou principalmente o método clínico de observação. Afirma que “o conhecimento resulta da interação do indivíduo com o meio e, todas as crianças passam por todos os períodos (estágios)”. (PAREDES, Fascículo II, 2000, p. 40). Diferença não é deficiência. A antropologia já demonstrou que não se pode considerar uma cultura superior ou inferior a outra: cada uma tem a sua integridade própria, o seu próprio sistema de valores e de costumes, não há culturas “simples” ou “complexas”. Os seres humanos são iguais perante Deus e a lei, só que na prática não é dessa forma que acontece, existe muito preconceito seja com o pobre, o negro, o índio, o nordestino entre outros, alguns se acham no direito de pensar que sua cultura é melhor do que a outra presenciando diariamente cenas preconceituosas, seja de um aluno que tem um pouco mais de dificuldade de entender o conteúdo, ou aquele que veste roupas mais simples, ou mesmo aquele que está sempre quietinho no seu canto, estamos diante de uma sociedade preconceituosa onde os valores são outros. (Soares, 2008, p 39). Infelizmente as pessoas em nosso país são reconhecidas através da aparência, as pessoas não aceitam o diferente, preferem excluí-las, simplesmente esquecem de que um dia também podem necessitar de cuidados especiais, pois um pequeno delito e não sabemos do que possa acontecer, as pessoas sempre acham que as coisas não acontecem consigo, acham que porque são ditos normais vão continuar dessa forma para sempre,

podemos citar vários exemplos como Christofer Reeve, aquele que era considerado o “Super homem”, ficou tetraplégico e teve que se adaptar a uma nova realidade, nessas horas se a família não apoiar fica impossível a sobrevivência, o que vem a tona é a idéia de suicídio por se achar inútil diante de uma sociedade preconceituosa.

Muitas pessoas estão preocupadas com a inclusão social na escola, inclusive de como está acontecendo o desenvolvimento do educando, dessa forma Mantoan (2009), afirma que, “o maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei”, a realidade é que a maioria funciona como bem entende, sem prestar conta dos recursos recebidos, não se preocupam com a qualificação dos profissionais da educação, fazem a matrícula e acham que a criança por si só se desenvolve, as leis existem e há a necessidade de se fazer cumprir, pois a Constituição de 1988 garante a todos o acesso ao Ensino Fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado preferencialmente na escola, que não substitui o ensino regular. Há outra questão, um movimento de resistência que tenta impedir a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, e ainda afirma que inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

A LDB 9.394/96 em seu artigo 4º diz que a educação é dever do Estado e que todos deverão ter acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Inserir-los na escola não é suficiente, é preciso mantê-lo nela e oferecer ao indivíduo oportunidade de ser alguém na vida, preparando-o, formando um ser de espírito competitivo, liderança, confiança e autoestima, pois em uma sociedade inclusiva as diferenças sociais, culturais e individuais são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos. No caso de pessoas com deficiência é importante promover a compreensão da diversidade, essa é a forma mais coerente de favorecer a inclusão social e a aprendizagem dessas pessoas. Mas para mudar essa atitude é necessário o envolvimento direto das famílias e que esse processo de mudança seja iniciado por elas, uma vez que a formação do cidadão começa em casa, os pais e as próprias pessoas

com deficiência são os principais agentes, juntos direcionando um atendimento às necessidades especiais ao indivíduo, traçando os objetivos a serem alcançados e as decisões a serem tomadas devem ser discutidas entre todos os envolvidos buscando esclarecimento de profissionais para definir os passos a ser dados.

A cultura, o esporte e o lazer na vida dessas pessoas são fundamentais, assim como a educação estes devem ter atendimento de saúde, viver com qualidade de vida fazendo todas as coisas de acordo com a idade, como: brincar, passear, conversar, fazer parte de um grupo, namorar, amar, sofrer, enfim viver todas as experiências comuns ao ser humano. A pesquisa foi desenvolvida junto a uma escola pública, na cidade de Campos de Júlio – MT, sendo utilizados questionários, diálogos entre a diretora, professora, pais e alunos.

A seguir será apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa qualitativa, a qual foi baseada nos pensamentos de Ludke e André (1986), a qual visa averiguar como está acontecendo o processo de inclusão junto a uma escola pública no município de Campos de Júlio - MT.

3. METODOLOGIA

Para a elaboração dos pressupostos metodológicos, selecionamos alguns teóricos, os quais nos forneceram embasamento sobre o tema proposto em especial Ludke e André (1986) que afirmam que a pesquisa qualitativa visa alguns pilares, os quais os pesquisadores devem se orientar observando primeiro o ambiente, o qual será recolhido os dados; a coleta de dados e a descrição dos mesmos; a preocupação com o processo maior do que com o produto; pesquisadores como o principal elemento de coleta de dados; o significado que os pesquisadores dão, destacando como o principal elemento do saber para os pesquisadores, enfim é valorizado o contato direto com o público alvo, já que o sucesso da pesquisa e o levantamento de dados dependem da colaboração das pessoas pesquisadas. Foram realizadas entrevistas e observação, para obter os resultados apresentados, algumas questões foram elaboradas e apresentadas ao público alvo, diretora, professora e alunos, de uma escola pública no município de Campos de Júlio – MT. Os dados foram analisados e são apresentados mais adiante.

Os questionários foram direcionados a diretora, uma professora, a regente da sala, dez alunos, sendo cinco meninos e cinco meninas, dois pais, um do sexo feminino e outro masculino. O questionário tinha as seguintes perguntas: Sujeito 1) Diretora. a) A Escola a

qual a senhora trabalha está preparada para receber alunos especiais? b) A escola possui um PPP (Projeto Político Pedagógico), visando o desenvolvimento destes alunos especiais? c) E os pais, como é o relacionamento destes com a unidade escolar? d) Quanto á estrutura da escola é adequada para atender alunos com deficiência física? Sujeito 2 professora. a) Qual é a proposta de trabalho utilizada pela senhora para obter o desenvolvimento das crianças, principalmente as especiais? b) Como as crianças da sala auxiliam a senhora? c) Quanto à sala de recursos foi tranquilo, contar com a ajuda da professora? d) Como à senhora define trabalhar em uma sala, a qual tem alguns alunos especiais? Sujeito 3) Alunos. a) “Adoro ajudar os meus coleguinhas, pois quando estou junto deles eles fazem tudo”. B) “Faço atividade rápido e então, quero ajudar aqueles que não estão conseguindo fazer”. c) “Gosto de ajudar porque são meus amiguinhos, não gosto de ver eles triste, porque demora para fazer a tarefa”. d) “Acho importante ajudar os coleguinhas, já que eles têm maiores dificuldades”. Sujeito 4) pais. a) Como os senhores veem o papel da escola, acham que está sendo cumprido ou não? Por quê? b) Os senhores participam efetivamente junto a unidade escolar? c) O que os senhores pensam sobre a sala de recursos?

O questionário já estava elaborado e então apliquei a cada grupo em sua individualidade, conversei com a professora antes de iniciar a aula, ela me mostrou o seu caderninho de planos e pediu para que a acompanhasse na sala, então fiquei observando durante 03 (três) dias. No primeiro dia entrevistei a professora, no segundo a diretora, com esta falei logo após a aula, e no terceiro dia dialoguei com as crianças no momento em que foram para o parque. A sala possui 20 alunos, sendo estes do 1º ano do ensino fundamental, conversei com 10 (dez) deles sendo 05 (cinco) meninos e 05 (cinco) meninas, deixei-os bem à vontade fiz as perguntas que já havia elaborado e ao obter as resposta foi anotada no caderninho, as crianças são espontâneas, sinceras e muito carinhosas, o que facilita a relação entre ambos. Em seguida conversei com dois pais.

Após a coleta de dados, comecei a colocar no papel e a comparar a teoria sobre o tema proposto bem como averiguar que realmente não é fácil lidar com o diferente, é preciso ter calma, paciência, persistência e prazer no que faz. O discurso dos entrevistados foi respeitado à risca, uma vez que, é importante analisar a situação de diferentes ângulos, pois se trata de pessoas que tem uma formação intelectual e de meros estudantes que estão iniciando a vida escolar.

3.1. Análise dos Dados

A análise dos dados é fundamental uma vez que auxilia a todos que fazem parte da educação, foram ouvidas a diretora, a professora e as crianças, os dados serão apresentados baseados em citações anteriores, foi pesquisado sobre a Inclusão educacional, da pessoa com necessidades especiais na escola, e deu-se neste artigo, o qual é resultado de questões e observações feitas a diretora, professora, alunos, e pais. Para cada grupo foi elaborado questões específicas, que serão apresentadas nas próximas páginas.

3.2. Questões aplicadas no perímetro escolar: Diretora.

01. A Escola a qual a senhora trabalha está preparada para receber alunos especiais?

No primeiro momento a senhora diretora pediu para que eu a acompanhasse e observasse os recursos que a mesma possui, pois segundo ela o município está passando por uma situação muito delicada e faz se de tudo para conter gastos. Quando referi aos alunos especiais segundo ela, “nunca rejeitamos nenhum aluno, indiferente do que ele possa representar, temos dificuldades sim em dar um atendimento especial, pois o município é pequeno, os recursos são poucos, não temos condições de oferecer aos profissionais da educação a qualificação adequada, mas aos poucos estamos avançando, temos vários alunos especiais, em todos os níveis de ensino e buscamos fazer o melhor”. Infelizmente essa é a situação do país, buscam-se melhorias, fala-se muito em alfabetização, mas a realidade é que falta investimento em educação. Segundo Mantoan (2009), buscam-se meios para se fazer uma educação de qualidade, mas não depende apenas dos governantes depende principalmente de pessoas empenhadas em fazer diferente, pessoas que tenham amor por aquilo que faz, porque muitas vezes a qualificação não é tudo é preciso agir com o coração.

02 – A escola possui um PPP (Projeto Político Pedagógico), visando o desenvolvimento destes alunos especiais?

Pude comprovar que realmente a escola possui um PPP, e nele consta a ideologia e proposta da escola, o aluno especial é assegurado, conta com a sala de recursos apesar de não ter profissional capacitado, e conforme a diretora, “O Projeto Político Pedagógico da escola está aberto às adaptações necessárias”. Segundo o Ministério da Educação:

“ Acreditar que o acesso a uma educação de qualidade nos primeiros anos de vida da criança é um direito universal”. (BRASIL,v8 2006. p.11)

Como já foi citado, não basta colocar a criança na escola é preciso ampará-la, oferecer condições para que a mesma possa se desenvolver no seu ritmo.

03 – E os pais, como é o relacionamento destes com a unidade escolar?

Pelo que pude averiguar os pais participam pouco, e ainda dificultam o desenvolvimento dos filhos, para a diretora “alguns são participativos, porém outros deixam a desejar, quando uma criança possui dificuldade de desenvolver ou até mesmo de se relacionar com outros, o problema vêm de casa, alguns pais resistem ao atendimento à sala de recursos, outros do acompanhamento da psicóloga e assim por diante”. Pelo que pude perceber a situação mais constrangedora presente é justamente a falta de colaboração dos pais, pois segundo o que a diretora disse se a criança necessitar de acompanhamento de psicólogo e sala de recursos acham que estamos chamando os filhos de loucos ou retardados, é difícil fazer os pais entenderem que esses profissionais ajudam no desenvolvimento da criança. Segundo a LDB 9394/96, a criança deve ser atendida preferencialmente em escola regular e deve ser oferecido o atendimento necessário para o desenvolvimento da mesma.

04 – Quanto á estrutura da escola é adequada para atender alunos com deficiência física?

“Não oferecemos condições adequadas, já que faltam rampas, banheiros e até carteiras adaptadas, temos problemas inclusive com alunos do jardim e do pré, pois os mesmos sentam em carteiras de adultos. Como eu já tinha tido conhecimento da unidade escolar, e vi que realmente esta faltando alguns reajustes, para que possam atender a deficientes físicos, pois não tem rampas e nem banheiro adaptados, segundo a diretora. Conforme Mantoan (2009), a escola além de fazer adaptações físicas, ela precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Assim, uma criança cega, por exemplo, assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contraturno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola. Aqui tem alunos que frequentam a sala regular até o intervalo, logo após vai para a sala de recursos, já outros vão para a sala de recursos no contraturno para não prejudicar o desenvolvimento das atividades na sala de aula.

Questões aplicadas no perímetro escolar: Professora.

01 – Qual é a proposta de trabalho utilizada pela senhora para obter o desenvolvimento das crianças, principalmente as especiais?

“Busco apoio junto à coordenação da instituição escolar, posso contar com a sala de recursos e os próprios alunos me auxiliam, na verdade não tenho curso especializado, ajo do jeito que acredito que deva ser, tenho muito amor a minha profissão, acredito que é isso que tem me ajudado. Trabalho com atividades diferenciadas dependendo do nível de cada aluno, como você pode observar tem alunos que dependem do meu auxílio o tempo todo. A professora argumentou que faltam condições de trabalho e ambiente apropriado, pois a escola necessita de vários reparos, e diz que os cursos de capacitação não são tudo, na verdade Freire (2005) já citava que para o educador ter sucesso não dependia só de cursos, mas sim de saber tomar decisões, de avaliar o aluno na sua individualidade, de conhecer cada um, o seu espaço, as suas limitações.

02 – Como as crianças da sala auxiliam a senhora?

A professora especificou que os coleguinhas se comovem e como pude ver eles sentam do lado das crianças especiais, auxiliando-os, pois os mesmos sempre terminam a atividade antes e se oferecem para ajudar. Dessa forma a escola consegue cumprir o papel de articulador, uma vez que no momento em que as crianças se disponibilizam a ajudar é porque aceita o outro do jeito que é. Mantoan cita em um de seus artigos que em visita a uma escola pediu para que as crianças dançassem, sem perceber que na sala havia uma criança que não possuía os membros, então os coleguinhas amarraram a criança em seu corpo e todos dançaram, a partir daí pode-se concluir que não podemos tirar conclusões precipitadas, cada indivíduo tem o seu potencial a ser desenvolvido.

03 – Quanto à sala de recursos foi tranquilo, contar com a ajuda da professora?

A sala de recursos possui alguns materiais muito bons, mas falta treinamento de pessoal, segundo a professora regente da sala, ela teve dificuldades em colocar as crianças na sala de recursos, porque as famílias não aceitavam, achavam que não havia necessidade disso, queriam que os filhos ficassem na sala regular somente, mas através de muita conversa entre eu, a professora da sala de recursos, coordenação e direção, chamamos os pais e falamos da necessidade e do benefício, que seria para as crianças, então resolvemos fazer um teste e agora eles veem como é importante ter um auxílio a mais. A tarefa de educador não é nada

fácil, o educador da atualidade tem que ser pai, mãe, psicólogo, médico entre outros. A ECA (2005) assegura que toda criança deve ser cuidada, protegida, preparada para a vida e o papel da família é fundamental para o desenvolvimento da mesma.

04 – Como à senhora define trabalhar em uma sala, a qual tem alguns alunos especiais?

Segundo a professora é um grande desafio, as angustias são constantes, mas a partir do momento em que vemos estas crianças se desenvolvendo então ela citou: “fico muito emocionada e nesse momento vejo que realmente cada um possui habilidades específicas, fico feliz por fazer parte da vida deles”. Segundo o Ministério da Educação, o projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico-metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como vai fazer, (BRASIL, 2006. p 9. v1.) e ainda:

A idéia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo sócio social (BRASIL, 2006. v 1 p.8)

Não é difícil lidar com o diferente é preciso reconhecer as suas diferenças, pois cada ser possui um ritmo para realizar atividades das mais simples as complexas.

Questões aplicadas no perímetro escolar: Alunos do 1º Ano.

01 – Dentre os alunos empenhados em auxiliar os especiais, segue o depoimento de alguns colaboradores: conversei com 10 alunos, 05 meninos e 05 meninas e segue abaixo alguns relatos. A sala contém no total 20 alunos, para não tornar o assunto cansativo selecionei apenas 10 de diferentes gêneros para serem entrevistados.

Aluno- a) “Adoro ajudar os meus coleguinhas, quando estou junto deles eles fazem tudo”. Aluno - b) “Faço atividade rápido e então, quero ajudar aqueles que não estão conseguindo fazer”. Aluno – c) “Gosto de ajudar porque são meus amiguinhos, não gosto de ver eles triste porque demora a fazer tarefa”. Aluno – d) “Acho importante ajudar os coleguinhas, já que eles têm maiores dificuldades”. Aluno – e) “Ajudar é bom, porque um dia posso precisar também”. Como se pode perceber a maioria das crianças optam em ajudar, algumas têm

ciência de que podem sofrer um acidente e depender de outros também, alguns ajudam porque acha legal, dizem que Deus gosta de quem ajuda, outros porque gosta do amiguinho, outros porque não gosta de ver o sofrimento do outro. Nem tudo está perdido ainda a tempo de construir um futuro melhor onde a diferença possa ser algo vantajoso e a família possa estar presente. Conforme o Ministério da Educação faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades. É importante que os profissionais desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas, garantindo-se assim maior eficiência no alcance de seus objetivos. O mesmo órgão afirma que, a família precisa construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos, de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo, de tomada de decisões, de busca dos recursos e serviços que entende necessários para seu bem estar e uma vida de boa qualidade. (BRASIL, 2006. p7. v 4). E ainda afirma:

A família é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referência e valores e a comunidade é o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. A participação da família e da comunidade traz para a escola informações, críticas, sugestões, solicitações, desvelando necessidades e finalizando rumos. A escola sozinha não consegue fazer nada ela necessita do apoio da comunidade local para que possa cumprir com os objetivos propostos. (MEC, 2006. v1. p9)

Se as famílias se preocupassem mais com os filhos teríamos um mundo diferente, o que presenciamos diariamente são cenas, as quais deixam claro que o compromisso familiar está ficando para trás, os valores morais estão se perdendo, as pessoas estão preocupadas com o consumismo e estão esquecendo o construtivismo.

Questões aplicadas aos pais.

01- Como os senhores veem o papel da escola, acham que está sendo cumprido ou não?

Por quê? a) “A escola não é ruim simplesmente estão inventando métodos de ensino desnecessários, pois antigamente era diferente e as crianças aprendiam mais”. b) “a escola da atualidade está muito flexível, passa a mão em cima de tudo o que as crianças fazem, não podem punir e é por isso que temos tantos problemas, a escola deveria ser mais rígida”. Como se pode perceber alguns pais acham que continuamos no período militar, acham que os problemas enfrentados hoje, são referentes à flexibilidade no processo de ensino, por falha do sistema, muita moleza para alunos, muitas “frescuras”, por isso não aprendem como

deveriam. Freire sempre foi contra a imposição de métodos, pois o mesmo sempre prisou a autonomia a tomada de decisão e principalmente o agir com o coração.

02 - Os senhores participam efetivamente junto a unidade escolar?

a) “Quase sempre, mas muitas vezes o trabalho não deixa”. b) “às vezes, pois o trabalho e os outros filhos que tenho às vezes me impedem de participar um pouco mais, vou mais às reuniões ou quando a professora manda bilhete”. Infelizmente o capitalismo acaba afastando os pais de seus compromissos, muitos fogem da escola, outros vão, mas não participam efetivamente, pois ir lá e ouvir a professora e não utilizar-se de argumentos isso não é participação e sim exclusão. A Constituição Federal de 1988 assegura que a educação é dever do estado e da família, então não é só colocar o filho na escola é preciso acompanhá-lo, e garantir a permanência e o desenvolvimento do aluno.

03 - O que os senhores pensam sobre a sala de recursos?

a) “Antes eu pensava que isso era “enrolação”, que as crianças não precisavam disso, fiz até uma briga com a professora dizendo que minha filha não precisava disso, que ela podia ser tratada igual a todos os outros, mas hoje vejo que é de grande auxílio, reconheço que a minha visão era equivocada e que a sala de recursos é essencial para o desenvolvimento de alguns alunos como a minha filha, por exemplo”. b) “Eu também não entendia direito para que, como funcionava, por isso era contra, pensei que seria mais um cabide de emprego, mas hoje tenho ciência da importância da sala de recursos e sei da capacidade da professora articuladora, ela se esforça muito, realmente o resultado é visível, enfim estou contente com o trabalho dela”. Muitos pais se recusam ao atendimento especializado muitas vezes por ignorância, por falta de conhecimento, tudo depende de como a informação chega até ele, de como é repassado, dessa forma pode-se evitar muitos transtornos. Segundo o MEC, a criança deve ser cuidada, tratada de forma especial e só vamos conseguir diminuir o número de analfabetos a partir do momento em que soubermos reconhecer isso, a pesquisa realizada em uma escola pública do município de Campos de Júlio - MT, foi muito importante para que as pessoas possam refletir um pouco mais sobre o assunto norteador, pois as crianças especiais possuem as suas individualidades e capacidades, desenvolvem-se no seu tempo, para isso precisam de alguém que as observam e compreendam o ritmo de cada uma. Acredito que contribui para que os profissionais da educação avancem e visem uma educação qualitativa a essas crianças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste artigo percebi que ainda há muito a ser feito, para fazer valer o processo de inclusão na unidade escolar, a comunidade escolar necessita do apoio da comunidade local, uma vez que, esta não consegue fazer muita coisa sozinha. A secretaria de educação também tem que ser parceira, pois os profissionais da educação precisam de qualificação para que os mesmos possam desenvolver o aluno de forma gradativa, algumas teorias apontam a necessidade de melhoria tais como: Goffredo 1998, Mantoan 2009, Freire 2003 e também algumas legislações como: Constituição Federal 1988, Decreto nº6.571/08, mas acima de tudo é preciso que o profissional da educação queira realmente mudar o quadro atual, este precisa se empenhar ao máximo para que tenhamos uma sociedade melhor, mais justa e que no futuro não exista tanto preconceito. Portanto, após este trabalho adquirir um conhecimento excepcional, o qual jamais será esquecido, o diálogo com as pessoas da escola foi muito interessante, bem como a entrevista com os pais, e é bom saber que existem pessoas empenhadas em oferecer as crianças que possuem necessidades especiais um mundo melhor, mais justo e mais humano.

Os dados me revelaram que um dos maiores problemas da escola é justamente a falta de informação, às vezes a professora ou a coordenadora ou mesmo diretora chega para o pai e diz que, seu filho precisa de atendimento especializado, mas não explicam quais vão ser os procedimentos, quais os resultados esperados. Dessa forma a família possui dificuldade de entender os benefícios que podem ser oferecidos aos filhos, que isso é para o bem estar dele e não para discriminá-lo e separá-lo dos demais, justamente porque a sala de recursos e o atendimento psicológico são feitos no contraturno, dessa forma não prejudica o desenrolar das aulas. Outra coisa que ficou claro foi à questão do trabalho atrapalhando a família de participar de forma efetiva do processo de ensino do seu filho, os pais estão deixando a desejar como foi citado antes fazer a matrícula é fácil, o difícil é garantir a permanência, a motivação, uma educação de qualidade.

Portanto, tivemos a oportunidade de falar também com a secretária de educação do município que se mostrou bastante preocupada, pelo fato da cidade ser pequena e distante dos grandes centros, pois isso dificulta a qualificação dos profissionais da educação, segundo a secretária faltam recursos para enviar professores para fora, falta professor para assumir a sala de aula, falta recursos financeiros para trazer alguém capacitado. Podemos verificar também

que, embora a escola pesquisada possua no Projeto Político Pedagógico – PPP, uma proposta que visa a inclusão da criança com necessidades educacionais especiais, na qual propõe o acesso e permanência, a qualificação dos profissionais da educação. No entanto, possui dificuldades em garantir o que é proposto. O PPP visa ainda, o acompanhamento da família, mas a maioria das famílias passam a responsabilidade e o problema para a escola, para que esta, tome todas as decisões, como consequência por exemplo: levar a criança no contraturno da aula, para o atendimento complementar e suplementar da Sala de Recursos, o que dificulta no desenvolvimento destas crianças.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença**. Campinas. São Paulo: Armazém do Ipê. 2006.

ALEGRE, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para aprimoramento da equipe escolar**,: Artmed, 2007.

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Sumus, 1998. .

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo. Brasiliense, 2005.

BRASIL, **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DUTRA, Claudia Pereira. **Colóquio de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Revista da Educação Especial, **Inclusão**. V. 4, nº 01. Janeiro a julho, 2008.

EGLER, Maria Teresa. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Disponível em:<http://www.google.com.br/search?hl=ptq=> acesso em 10/11/09.

LIMA, Terezinha Bazé de. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Dourados:UNIGRAN, 2009/2.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.